



A NEVERMIND SGPS, S.A. (NEVERMIND, S.A.) é uma sociedade gestora de participações sociais detida pela Família Sousa, com sede em Coimbra, com um capital social no valor de 10 000 000 EUR, e é sujeito passivo de IRC, enquadrada no regime geral deste imposto.

A NEVERMIND, S.A. é a empresa mãe de um grupo de empresas de diversos setores de atividade, conhecido como GRUPO NEVERMIND, e aplica o modelo geral do SNC.

Nos últimos anos, e apesar das vicissitudes decorrentes da pandemia, o GRUPO NEVERMIND tem conseguido dinamizar as suas atividades, o que se traduziu num crescimento significativo, em termos de volume de negócios, emprego e ativos.

O financiamento do GRUPO NEVERMIND tem decorrido quer do reinvestimento dos lucros obtidos, quer de alguma alavancagem proporcionada pelas baixas taxas de juro a que o grupo se tem conseguido financiar.

Em 2022, e face à evolução do GRUPO, a Administração da NEVERMIND S.A. está a ponderar implementar um Plano de Benefícios de Longo Prazo para todos os colaboradores do GRUPO.

Questão 1.:

Para efeitos da determinação do lucro tributável do IRC, os benefícios de longo prazo dos empregados:

- a) Nunca são dedutíveis por não serem gastos essenciais à obtenção de rendimentos, uma vez que se traduzem sempre em prémios, bónus ou outro tipo de remunerações variáveis.
- b) São sempre dedutíveis de acordo com as regras de contabilização determinadas pela NCRF 28.
- c) Apresentam diferenças temporais entre o momento da sua contabilização e o momento da sua dedução para efeitos fiscais.
- d) Podem apresentar diferenças temporais entre o momento da sua contabilização e o momento da sua dedução para efeitos fiscais.

O GRUPO NEVERMIND pondera também proporcionar um seguro de saúde a todos os colaboradores que tenham contrato de trabalho com alguma das empresas do GRUPO.

Questão 2.:

Face ao disposto no artigo 43.º do Código do IRC são dedutíveis ao lucro tributável deste imposto:

- a) Os seguros de saúde feitos para a generalidade dos trabalhadores pertencentes ao quadro dos trabalhadores permanentes da empresa e respetivos familiares desde que estes sejam dependentes que façam parte do agregado familiar do trabalhador.
- b) Os seguros de saúde feitos para a generalidade dos trabalhadores pertencentes ao quadro dos trabalhadores permanentes da empresa e respetivos familiares.



- c) Os vales sociais pagos aos diretores e técnicos superiores com filhos com idade inferior a 7 anos.
- d) Contratos de seguros de vida feitos a favor dos gerentes e dos trabalhadores com profissões de risco.

Uma das empresas do grupo, a CresiPlan, S.A. adquiriu no ano de 2018 um edifício no centro de Coimbra, por 3 000 000 EUR, tendo sido atribuído ao ativo um período de vida útil de 20 anos. No final de 2020, o justo valor do edifício era de 2 278 000 EUR. Contudo, decorrente do fluxo imigratório, e já após o encerramento de contas do ano 2021, o justo valor do bem passou para 2 900 000 EUR.

Considerando que a Sociedade, nos termos do §35, alínea b) da NCRF 7, adota como política contabilística o modelo de revalorização e que, no período 2021, já procedeu ao tratamento contabilístico das depreciações e das imparidades acumuladas, deverá ainda efetuar os seguintes registos:

Questão 3.:

- a) Debitar a conta 4382 por 600 000 EUR e a conta 432 por 484 000 EUR, e creditar a conta 432 por 600 000 EUR e a conta 589 por 484 000 EUR.
- b) Debitar a conta 4382 por 584 000 EUR e creditar a conta 432 por 584 000 EUR.
- c) Debitar a conta 4382 por 584 000 EUR e a conta 432 por 484 000 EUR, e creditar a conta 432 por 584 000 EUR e a conta 589 por 484 000 EUR.
- d) Atendendo ao §30 do NCRF 12, não há necessidade de efetuar quaisquer registos contabilísticos adicionais.

A CresiPlan, S.A. apresenta duas categorias de Gastos Indiretos de Fabricação (GIF), nomeadamente: o gasto de operação da maquinaria e o gasto de manuseamento de materiais. Os valores esperados para essas duas categorias, para o ano de 2022, são:

Gastos de operação das máquinas	480 000 EUR
Manuseamento de Materiais	200 000 EUR
Total de GIF	680 000 EUR

A empresa imputa os GIF relacionados com gastos de operação das máquinas usando horas-máquina e a capacidade esperada. Para o período em análise a capacidade esperada é de 60 000 horas-máquina.

A equipa de *controllers* da empresa foi solicitada a calcular o custo de produção de uma encomenda, cujas condições de produção seriam as seguintes:

Materiais Diretos	7 000 EUR
Mão de obra direta	5 680 EUR
GIF	?

Número de horas-máquina	1500 h
Número de movimentos de materiais	8

Para atribuir os GIF às ordens de serviço, a equipa utilizou a abordagem do Custeio Baseado em Atividades.



Questão 4.:

Sabendo que, em termos previsionais, serão executadas 5 000 movimentações de materiais na fábrica durante o ano de 2022, o custo de produção da encomenda é de:

- a) 24 300 EUR
- b) 25 700 EUR.
- c) 25 000 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Em março de 2022 a CresiPlan, S.A. procedeu ao pagamento das remunerações de trabalho dependente do seu colaborador João Desventurado, relativas aos meses de setembro a dezembro de 2021, no valor bruto de 4 000 EUR.

Questão 5.:

A taxa de retenção na fonte a aplicar é:

- a) Zero.
- b) A que na tabela de retenção na fonte aplicável aos rendimentos da categoria A corresponder aos 4 000 EUR.
- c) A que na tabela de retenção na fonte aplicável aos rendimentos da categoria A corresponder a 2 000 EUR
- d) A que na tabela de retenção na fonte aplicável aos rendimentos da categoria A corresponder a 1 000 EUR.

Outra das empresas do GRUPO NEVERMIND é a HAAS, S.A., que em outubro do ano 2019 adquiriu uma máquina CNC (Controle Numérico por Computador) para corte de chapa, por 700 000 EUR. A vida útil estimada da máquina é de 20 anos, sendo depreciada usando o método da linha reta, por duodécimos. Decorrente de uma candidatura da empresa ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) obteve um subsídio, não reembolsável, no valor de 50% do valor do equipamento.

Questão 6.:

Face ao anteriormente exposto, considerando uma taxa de IRC de 21%, e tendo por enquadramento a NCRF 25, a empresa deverá:

- a) Não há lugar ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos.
- b) Aquando do recebimento do subsídio, proceder ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos no valor de 73 500 EUR e, no final do exercício económico, efetuar a reversão do ativo por impostos diferidos no valor de 3 675 EUR.
- c) Aquando do recebimento do subsídio, proceder ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos no valor de 350 000 EUR e, no final do exercício económico, efetuar a reversão do passivo por impostos diferidos no valor de 17_500 EUR.
- d) Aquando do recebimento do subsídio, proceder ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos no valor de 73 500 EUR e, no final do exercício económico, efetuar a reversão do passivo por impostos diferidos no valor de 3_675 EUR.



A HAAS, S.A. é uma empresa que tem normalmente um elevado valor em Inventários, quer de matérias-primas, quer de produtos acabados, os quais são em grande parte financiados por empréstimos bancários. A empresa montou um sistema de informação pelo qual aloca cada financiamento obtido a um inventário de matéria-prima e, posteriormente, de produto acabado, liquidando o financiamento após a sua venda.

Questão 7.:

Em sede de IRC, os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis aos inventários de acordo com a normalização contabilística especificamente aplicável:

- a) Integram o custo de aquisição ou de produção dos inventários, no caso de os mesmos requererem um período inferior a um ano para atingirem a sua condição de uso ou venda.
- b) Integram o custo de aquisição ou de produção dos inventários, no caso de os mesmos requererem um período superior a um ano para atingirem a sua condição de uso ou venda.
- c) São sempre custos de natureza financeira e por isso não integram o custo de aquisição ou produção dos inventários.
- d) Integram sempre o custo de aquisição ou de produção dos inventários.

António Lucas é administrador e acionista (com percentagem de participação no capital de 4%) da HAAS, S.A., onde auferiu, em 2021, uma remuneração mensal média de 2 500 EUR (calculada nos termos da circular n.º 8/2000).

Ao longo dos anos, esta sociedade tem vindo a atribuir participação nos lucros ao administrador, sendo esperado que, de acordo com essa prática, lhe seja paga, em 2022, com referência ao lucro de 2021, uma gratificação de 7 500 EUR, pelo que reconheceu contabilisticamente, em 2021, o respetivo gasto.

Questão 8.:

Face ao exposto, no período de 2021 o valor aceite como gasto em sede de IRC é:

- a) Zero.
- b) 7 500 EUR.
- c) 5 000 EUR.
- d) 2 500 EUR.

António Lucas abordou recentemente o Dr. Luís Florentino, contabilista certificado da HAAS, S.A., colocando-lhe algumas questões sobre os sistemas de custeio total e custeio variável.

Questão 9.:

No sistema de custeio variável, quando a margem de contribuição aumenta, mantendo-se os Custos Fixos, o resultado:

- a) Não há qualquer impacto no resultado.
- b) Varia no mesmo sentido.
- c) Varia em sentido inverso.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.



António Lucas é uma pessoa que se preocupa muito com o futuro dos filhos, pelo que os incentiva a poupar e a fazer investimentos. Em maio de 2022 doou ao seu filho Miguel ações que possuía na sociedade ABC, S.A., com sede em Lisboa, cujo valor nominal é de 10 000 EUR. Esta doação beneficiou de isenção de Imposto do Selo, por aplicação do artigo 6.º do respetivo Código.

Questão 10.:

Caso o filho venha a alienar estas ações, o valor de aquisição a considerar, para efeitos do cálculo da eventual mais valia mobiliária que se mostre devida é:

- a) Zero.
- b) O valor que serviria de base à liquidação do imposto do selo, caso este fosse devido, até aos dois anos anteriores à doação.
- c) O valor que serviu de base à liquidação do imposto do selo.
- d) O valor nominal da quota.

O Dr. Luís Florentino é trabalhador por conta de outrem e diretor técnico de uma sociedade de contabilidade, tendo assumido a responsabilidade por um novo cliente sem que, previamente, tenha contactado o contabilista certificado anterior.

Questão 11.:

Nesta circunstância, caso existam honorários em dívida ao colega anterior, a responsabilidade pelo seu pagamento:

- a) Pode ser imputada ao contabilista certificado e ao diretor técnico da sociedade de contabilidade.
- b) É sempre e exclusivamente do cliente.
- c) É solidária entre o cliente e o contabilista certificado.
- d) É do contabilista certificado e da sociedade de contabilidade.

O Dr. Luís Florentino vai assumir a responsabilidade por um novo cliente. Ao analisar a documentação do cliente solicitou ao anterior contabilista certificado que o esclarecesse sobre alguns lançamentos contabilísticos que foram da sua responsabilidade.

Questão 12.:

Caso o colega se recuse a prestar os esclarecimentos solicitados, o Dr. Luís Florentino deve:

- a) Denunciar à Administração Tributária o comportamento do contabilista certificado.
- b) Participar à Ordem a violação pelo anterior colega dos deveres de lealdade a que está sujeito.
- c) Informar o cliente da impossibilidade de assumir a responsabilidade técnica pela contabilidade face à falta de informação.
- d) Todas as anteriores.

Um dos colegas de gabinete do Dr. Luís Florentino é o Dr. Paulo Delgado, também contabilista certificado. A esposa do Dr. Paulo Delgado teve uma oferta de trabalho



irrecusável nos E.U.A., estando o Dr. Paulo Delgado a ponderar acompanhá-la, caso em que procederia à suspensão da inscrição na OCC.

Questão 13.:

Caso o Dr. Paulo Delgado solicite a suspensão da inscrição por mais de três anos e pretenda posteriormente retomar a atividade de contabilista certificado, deve requerer ao conselho diretivo:

- a) A reinscrição na Ordem e realizar o exame profissional.
- b) O levantamento da suspensão, o que terá efeitos imediatos.
- c) O levantamento da suspensão e submeter-se a uma avaliação de conhecimentos ou demonstrar que durante aquele período exerceu funções respeitantes ao exercício da profissão.
- d) A reinscrição na Ordem, mediante o cumprimento dos requisitos previstos no artigo 16.º do Estatuto, nomeadamente a frequência de estágio e realização de exame.

O filho mais velho do Dr. Paulo Delgado está também a seguir o percurso para vir a obter a qualificação de contabilista certificado, sendo já membro estagiário.

Questão 14.:

Durante o período de estágio os membros estagiários devem:

- a) Efetuar o pagamento de quotas.
- b) Respeitar os princípios estatutários e deontológicos gerais da profissão.
- c) Cumprir todas as obrigações decorrentes do Regulamento de Formação Profissional.
- d) Todas as anteriores.

A HAAS, S.A. encontra-se enquadrada no regime normal do IVA e possui um crédito sobre um seu cliente, enquadrado no mesmo regime de IVA, suportado por uma fatura emitida em 1 de agosto de 2022, com data de vencimento reportada a 1 de setembro de 2022, relativamente ao qual foi contabilizada uma imparidade após terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.

Questão 15.:

A HAAS, S.A. intentou um processo de execução relativamente ao referido crédito, pelo que poderá regularizar o IVA a seu favor, por via da sua incobrabilidade:

- a) Após o registo a que se refere a al. b) do n.º 2 do Art.º 717.º do Código do Processo Civil, independentemente do momento em que o mesmo ocorra.
- b) Após o registo a que se refere a al. b) do n.º 2 do Art.º 717.º do Código do Processo Civil, desde que este registo ocorra antes de decorridos 12 meses sobre aquela data de vencimento.
- c) Após o encerramento do referido processo, desde que este ocorra após 24 meses da data do vencimento do crédito e o mesmo seja integralmente pago.
- d) Após o registo a que se refere a al. b) do n.º 2 do Art.º 717.º do Código do Processo Civil, desde que este registo ocorra antes de decorridos 24 meses sobre a data de vencimento.



A HAAS, S.A. tem um consultor que, no presente mês de outubro, lhe passou uma fatura-recibo no montante de 15 000 euros sem liquidar IVA, indicando que se encontra isento ao abrigo do artigo 53.º do Código do IVA.

Questão 16.:

A situação descrita:

- a) Não é possível, uma vez que, por si só, a referida fatura ultrapassa o limiar de isenção de 12 500 EUR, pelo que a operação subjacente já deveria ser tributada em IVA.
- b) Não é possível, porque o limite do volume de negócios para efeitos da referida isenção é menor.
- c) É possível, uma vez que a isenção se mantém sempre durante cinco anos, independentemente do volume de negócios.
- d) É possível, caso não tenha decorrido o prazo para entrega da declaração de alterações.

Dada a natureza do seu processo de fabrico, a HAAS, S.A. adota o regime de produção conjunta.

Questão 17.:

No regime de produção conjunta:

- a) Existem custos conjuntos obtidos apenas após a individualização dos produtos.
- b) A fabricação de cada produto realiza-se independentemente da fabricação de qualquer dos demais.
- c) A unidade industrial fabrica um produto sem ter a obrigatoriedade de fabricar outro qualquer.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Para produzir o produto PH, a HAAS, S.A. transforma as matérias diretas na Secção de Produção, originando o referido produto. Esse produto dá origem a um subproduto que é vendido habitualmente no mercado a 5 EUR por unidade. Para este subproduto apenas concorrem as matérias diretas, não contendo qualquer gasto de conversão. No mês de setembro, deram entrada em armazém de produtos acabados, provenientes da Secção de Produção, 1 000 toneladas do produto PH e no final do período havia 150 toneladas desse produto em vias de fabrico com incorporação de 80 por cento dos gastos de conversão e de 60 por cento de matérias diretas. Durante esse mês, a Secção de Produção consumiu matérias diretas no valor de 250 610 EUR e teve gastos de conversão no total de 364 000 EUR.

Questão 18.:

Tendo em conta que foram obtidas 200 unidades de subproduto, o valor dos Produtos Acabados, no final do mês de setembro, é de:

- a) 550 000 EUR.
- b) 554 918 EUR, aproximadamente.
- c) 554 000 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.



Durante o passado mês de setembro a HAAS, S.A. obteve os seguintes valores relativos à atividade industrial:

- Custos Fixos: 1 500 000 EUR
- Custos Variáveis: 800 000 EUR

Quanto às atividades não industriais, os valores verificados foram os seguintes:

- Custos Fixos: 500 000 EUR
- Custos Variáveis: 320 000 EUR

A quantidade produzida foi de 100 000 unidades de produto XW. A quantidade normal de produção é de 125 000 unidades. A quantidade vendida foi de 80 000 unidades do mesmo produto. O preço de venda unitário foi de 37 EUR.

Questão 19.:

De acordo com estes dados, o Resultado Antes de Imposto pelos Sistemas de Custeio Total, Racional e Variável, foram, respetivamente de:

- a) 300 000 EUR, 240 000 EUR e 0 EUR.
- b) 580 000 EUR em todos os Sistemas de Custeio.
- c) 500 000 EUR em todos os Sistemas de Custeio.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Na HAAS, S.A. ocorrem, ocasionalmente, quantidades anormais de produção com defeito.

Questão 20.:

O procedimento a adotar quando estamos na presença de quantidades anormais de produção com defeito é o seguinte:

- a) Ao custo da produção defeituosa é atribuído o mesmo valor obtido com a sua venda.
- b) O custo unitário da produção defeituosa é igual ao dos restantes produtos fabricados e considerado como componente negativa dos resultados.
- c) O custo da produção defeituosa é suportado na íntegra pela produção sem defeito.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.



As questões seguintes são independentes do texto anteriormente apresentado

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

Questão 21.:

A Escola de Saúde de determinada Universidade, que aplica o SNC-AP, tem dois cursos de doutoramento: Saúde Pública e Saúde Pública Global. O ano letivo tem início a 1 de setembro e termina a 31 de agosto, do ano seguinte. Atendendo a que a propina deve cobrir o custo total do curso, no final do ano letivo de N-1, o Conselho Geral da Universidade fixou em 6 000 EUR o valor de propina a pagar por aluno, em cursos do 3.º ciclo, a liquidar em duas prestações semestrais, durante os meses de outubro e de abril. Após um mês de início do ano letivo, e como comprovativo do direito a receber a totalidade da propina nos dois períodos referidos, os Serviços Financeiros da Universidade emitem a fatura pelo valor global.

No ano N, do total das 43 candidaturas internacionais aos referidos cursos de doutoramento, foram admitidos 25 alunos. Assim, e face ao exposto, a 1 de outubro do ano N, os lançamentos a efetuar serão:

- a) Debitar a conta 2141, por 150 000 EUR, e creditar a conta 704122, por 75 000 EUR, e a conta 28231, por 75 000 EUR.
- b) Debitar a conta 2721, por 75 000 EUR, e creditar a conta 704122, por 75 000 EUR.
- c) Debitar a conta 2141, por 150 000 EUR, e creditar a conta 704122, por 150 000 EUR.
- d) Debitar a conta 2141, por 150 000 EUR, e creditar a conta 704122, por 50 000 EUR, e a conta 28231, por 100 000 EUR.

Questão 22.:

A empresa ALFA S.A. encontra-se envolvida num processo judicial com a empresa BETA S.A., decorrente de uma quebra de contrato nas vendas do produto HX1, exigindo a esta última o pagamento de uma indemnização, na ordem de 2 000 000 EUR.

Em janeiro de N, o departamento jurídico da empresa ALFA S.A. informou a Administração que existe uma forte probabilidade de a empresa ganhar o processo judicial, embora seja expectável que a sentença e respetivo trânsito em julgado só ocorra em N+2. Assim, e face ao exposto, considerando uma taxa de desconto de 4%, os lançamentos a efetuar em N serão:

- a) Debitar a conta 673 por 2 000 000 EUR e a conta 688 por 8 000 EUR e creditar a conta 293 por 2 080 000 EUR.
- b) Debitar a conta 673 por 1 777 993 EUR e a conta 293 por 1 777 993 EUR.
- c) Debitar a conta 673 por 1 777 993 EUR e a conta 688 por 71 120 EUR e creditar a conta 293 por 1 849 113 EUR.
- d) Nenhuma das anteriores.



Questão 23.:

A sociedade MEPE, S.A. adquiriu a 31/03/N uma participação equivalente a 30% do capital social da Associada, Lda., sendo que não houve lugar ao apuramento de qualquer *goodwill*. A participação foi registada nas contas da MEPE, S.A. segundo o Método de Equivalência Patrimonial pelo valor de 45 000 EUR, após avaliação levada a cabo pela MEPE, S.A., da qual resultou uma diferença de avaliação não respeitante a ativos depreciáveis.

No final do ano foi necessário efetuar a correção de erros materialmente relevantes, referentes à faturação da Associada, Lda. com uma empresa terceira, o que implicou um débito de 22 000 EUR aos Resultados Transitados. Adicionalmente, o Resultado Líquido anual ascendeu a 90 000 EUR, 40% do qual obtido no último quadrimestre. Não ocorreu qualquer outro facto de relevo quanto à Associada, Lda.

Sabendo que a 31/12/N os capitais próprios da Associada, Lda. totalizavam 154 000 EUR, o valor da diferença de avaliação apurada a 31/03/N é de:

- a) 4 200 EUR.
- b) 5 400 EUR.
- c) 3 000 EUR.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 24.:

Posteriormente, no final do mês de abril de 2022, devido à aquisição de um novo equipamento para o mesmo fim, a entidade elaborou um plano de venda para o equipamento mais antigo, estando este disponível para venda imediata, na sua condição presente e a sua venda considerada como altamente provável. Na referida data, a entidade aferiu que o justo valor menos os custos de vender ascendiam a 155 000 EUR e o valor de uso ascendia a 147 000 EUR. Face ao exposto, qual das opções abaixo indicadas se encontra correta:

- a) A entidade deve reconhecer uma propriedade de investimento pela quantia 147 000 EUR.
- b) A entidade deve reconhecer uma propriedade de investimento pela quantia de 155 000 EUR.
- c) A entidade deve reconhecer um ativo não corrente detido para venda pela quantia 147 000 EUR.
- d) A entidade deve reconhecer um ativo não corrente detido para venda pela quantia 155 000 EUR.



Questão 25.:

Em fevereiro de 2022, a sociedade XLS, S.A., cujo capital social é de 500 000 EUR, representado por 500 000 ações de valor nominal de 1 EUR cada, adquiriu 30 000 ações próprias por 0,75 EUR/cada. Em maio do mesmo ano, a sociedade alienou 10 000 ações próprias por 1,35 EUR/cada. As transações ocorridas geraram, conjuntamente, nos capitais próprios da XLS, S.A. a seguinte variação:

- a) Positiva de 13 500 EUR.
- b) Positiva de 9 000 EUR.
- c) Negativa de 22 500 EUR.
- d) Negativa de 9 000 EUR.

Questão 26.:

No decurso do mês de fevereiro de 2022, a UKPS, Lda. prestou um serviço a um cliente sediado no Reino Unido, tendo o mesmo ascendido a 57 000,00 £. Na mesma data ficou contratualizado que o recebimento ocorreria decorridos 180 dias da data da prestação do serviço.

A 30 de junho, no âmbito da prestação de contas semestral efetuada pela UKPS, Lda., verificou-se uma acentuada variação cambial decorrente da instabilidade dos mercados, uma vez que a relação cambial na data da prestação do serviço era EUR/GBP = 0.93 e em 30 de junho era EUR/GBP = 0.98.

Qual a quantia relativa as referidas variações cambiais a apresentar na demonstração de resultados a 30 de junho de 2022 ?

- a) Não existe qualquer quantia a apresentar relativa às variações cambiais, dado estarmos em presença de demonstrações financeiras semestrais.
- b) Um gasto de 3 127,06 EUR
- c) Um rendimento de 2 850,00 EUR.
- d) Um rendimento de 3 127,06 EUR.

Questão 27.:

A Limpex, Lda. presta serviços de limpeza industrial e, em dezembro de 2021, celebrou um contrato anual com um dos seus clientes que prevê a limpeza das instalações deste. O valor total do contrato ascende a 66 000 EUR, aos quais acresce IVA à taxa de 23%. Ficou ainda acordado que um quarto do valor seria faturado na data da celebração do contrato e o remanescente repartido por 11 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 22 de janeiro de 2022. Face ao exposto, a 31 de dezembro de 2021, qual das seguintes afirmações é verdadeira:

- a) O rédito reconhecido em 2021 ascende a 5 500 € e devem ser reconhecidos rendimentos a reconhecer de 11 000 EUR.
- b) O rédito reconhecido em 2021 ascende a 16 500 EUR.
- c) Não deve ser reconhecido, em 2021, qualquer rédito associado ao contrato e devem ser reconhecidos rendimentos a reconhecer de 16 500 EUR.
- d) O rédito reconhecido em 2021 ascende a 66 000 EUR.



Questão 28.:

A Inves2win, S.A., após analisar o extrato bancário, verificou o recebimento de 1 320 EUR referentes a juros obtidos de um depósito a prazo. O reconhecimento do montante recebido, deve implicar, entre outros, um:

- a) Débito na conta 241, pela quantia de 330 EUR.
- b) Débito da conta 241, pela quantia de 440 EUR.
- c) Crédito da conta 242, pela quantia de 440 EUR.
- d) Crédito da conta 241, pela quantia de 440 EUR.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 29.:

A Contabilidade Analítica e de Gestão caracteriza-se por ser:

- Uma contabilidade essencialmente interna apresentando os resultados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Uma contabilidade essencialmente interna apresentando os resultados na Demonstração dos Resultados por Naturezas.
- Uma contabilidade essencialmente externa apresentando os resultados na Demonstração dos Resultados por Funções.
- Nenhuma das alíneas anteriores.

Questão 30.:

No sistema de custos padrão, quando o custo das matérias-primas, num determinado período, for superior ao previsto, o desvio de matérias, nesse período, assume:

- Um impacto negativo no resultado do período.
- Um impacto positivo no resultado do mês.
- Não assume qualquer impacto no resultado.
- Nenhuma das alíneas anteriores.

Questão 31.:

Uma determinada empresa industrial produz o produto 1 e o produto 2, estando o seu setor fabril organizado em duas secções principais (A e B) e duas secções auxiliares (X e Y). Após análise da Contabilidade Analítica da empresa, sintetizaram-se os seguintes elementos:

Secções	Gastos repartição primária (em Euros)
X	16 000
Y	18 000
A	48 000
B	50 000

Sabe-se ainda que:

- Os gastos da secção X são distribuídos pelas restantes secções da seguinte forma: 10% para a secção Y, 50% para a secção A e 40% para a secção B.
- Os gastos da secção Y são distribuídos da seguinte forma: 20% para a secção X e o restante de forma igual pelas secções principais.
- Por último, os gastos das secções principais (A e B) são distribuídos aos produtos em função das horas-homem (hh) e das horas-máquina (hm) respetivamente, aplicando-se 1000 hh e 1500 hm ao produto 1 e 600 hh e 800 hm ao produto 2.

O custo total das secções X e Y foi, respetivamente, de:

- 20 000 EUR e 20 000 EUR.
- 16 000 EUR e 18 000 EUR.
- 18 163 EUR e 19 816 EUR, aproximadamente.
- Nenhuma das alíneas anteriores.



Questão 32.:

Uma determinada empresa produz 10 000 unidades de um único produto (não existindo inventários iniciais ou finais de qualquer natureza) que vende ao mercado ao preço de 320 EUR. A estrutura de custos da referida empresa é composta por custos fixos de produção ou industriais no valor de 1 280 000 EUR e por custos fixos não industriais no valor de 760 000 EUR, assim como por custos variáveis industriais e não industriais cujos valores unitários ascendem a 60 EUR e 20 EUR, respetivamente. O Ponto de Equilíbrio ou Crítico em Quantidade e em Valor é de:

- a) 8 500 unidades e 2 720 000 EUR.
- b) 4 923 unidades e 1 575 385 EUR, aproximadamente.
- c) 5 333 unidades e 1 706 667 EUR, aproximadamente.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.



QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 33.:

Uma sociedade por quotas que não se qualifica como PME, tributada segundo o regime geral do IRC, declarou início de atividade em 1 de abril de 2021.

No período de 2022, é expectável que a sociedade venha a apresentar um prejuízo fiscal.

Concretizando-se este cenário:

- a) No período de 2022 há lugar à aplicação do n.º 14 do artigo 88.º do Código do IRC.
- b) No período de 2022 não há lugar à aplicação do n.º 14 do artigo 88.º do Código do IRC.
- c) No período de 2022 há lugar à aplicação do n.º 14 do artigo 88.º do Código do IRC, dado a sociedade não se qualificar como PME.
- d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

Questão 34.:

Relativamente a um trabalhador da Sociedade X, Lda., foi apurado em 2021 um rendimento de 2 340 EUR decorrente da utilização pessoal de uma viatura adquirida por essa Sociedade X, Lda., por 40 000 EUR, ao longo de todo aquele ano, conforme acordo escrito entre o trabalhador e a empresa.

Para efeitos do cálculo desse rendimento, a idade da viatura considerada foi de:

- a) 3 anos.
- b) 0 anos.
- c) 1 ano.
- d) 2 anos.

Questão 35.:

ZZZ, Lda., com sede em Portugal e enquadrada no regime normal do IVA, contratou, durante o presente mês de outubro, um serviço de intermediação a uma sociedade com sede em Itália e aí registada para efeitos de IVA, relacionada com a aquisição de uma patente, procedendo ao pagamento da respetiva comissão, no valor de 5 000 EUR.

No que se refere ao enquadramento da referida operação, para efeitos de IVA e IRC:

- a) É uma operação sujeita a IVA em Portugal, devendo a ZZZ, Lda., proceder à (auto)liquidação do IVA, estando impedida de proceder à sua dedução, aplicando uma taxa de retenção na fonte de 35% aquando do pagamento do rendimento em causa.



- b) É uma operação tributada em sede de IVA em Portugal, competindo à empresa ZZZ, Lda., proceder à (auto)liquidação do IVA, sendo que, para efeitos de IRC, o referido rendimento considera-se obtido em território português, podendo, no entanto, cumpridas as respetivas obrigações acessórias, beneficiar da dispensa de retenção na fonte.
- c) É uma operação tributada em sede de IVA em Portugal, competindo à empresa ZZZ, Lda., proceder à (auto)liquidação do IVA, sendo que, para efeitos de IRC, o referido rendimento considera-se obtido em território português, devendo a empresa nacional, em qualquer circunstância, proceder à retenção na fonte a uma taxa liberatória de 25%.
- d) É uma operação não sujeita a IVA em Portugal, sendo que o respetivo rendimento não se considera obtido em território português.

Questão 36.:

O Dr. António Sérgio, médico dentista, adquiriu, mediante escritura pública celebrada em 10 de maio de 2022, uma moradia destinada à sua habitação própria e permanente, pelo preço de 300 000 EUR, tendo então procedido ao pagamento do IMT que se mostrou devido.

No entanto, no dia 1 de outubro de 2022, decidiu afetar a referida moradia à atividade médica dentária, por ele exercida.

Na sequência de tal facto, indique qual das seguintes afirmações, em matéria de obrigações fiscais acessórias em sede de IMT a cumprir por António Sérgio, se encontra correta:

- a) Deverá apresentar um requerimento a solicitar a restituição parcial do IMT pago aquando da aquisição do prédio.
- b) Deverá proceder ao pedido de restituição total do IMT pago aquando da aquisição do prédio, uma vez que o mesmo estará afeto a uma atividade sujeita a IVA.
- c) Deverá solicitar, no Serviço de Finanças competente, a liquidação de IMT que seja devido, no prazo de 30 dias imediatos à alteração de destino dada ao imóvel.
- d) Não possui qualquer obrigação fiscal a cumprir em sede de IMT por via daquela alteração de afetação, uma vez que a mesma ocorreu passados mais de 12 meses da aquisição.



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 37.:

A inscrição num Colégio de Especialidade da Ordem é:

- a) Facultativa e de inscrição livre, conforme a área de especialização que cada contabilista certificado pretenda prosseguir.
- b) Obrigatória para todos os membros que tenham mais de 10 de inscrição na Ordem.
- c) Obrigatória para todos os membros que tenham pelo menos 10 anos de experiência profissional.
- d) Facultativa e depende da comprovação da experiência e conhecimentos específicos na área de especialidade.

Questão 38.:

Ficam abrangidos pelo justo impedimento de curta duração que impede o contabilista certificado de cumprir as obrigações declarativas:

- a) O falecimento do cônjuge não separado de pessoas e bens nos 5 dias anteriores à data-limite de cumprimento de uma obrigação declarativa fiscal.
- b) As baixas por doença súbita e grave nos 30 dias anteriores à data-limite de cumprimento de uma obrigação declarativa fiscal.
- c) O nascimento ou adoção nos 60 dias anteriores à data-limite de cumprimento de uma obrigação declarativa fiscal.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 39.:

A sociedade XPTO, Lda. rescindiu o contrato de prestação de serviços com o seu contabilista certificado, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2022. Nesta circunstância, a responsabilidade pelo encerramento do período em curso e envio das declarações fiscais anuais é:

- a) Compete à sociedade escolher qual dos dois contabilistas será responsável.
- b) Do novo contabilista atendendo a que o contrato foi rescindido por exclusiva responsabilidade da sociedade.
- c) Do contabilista que mais tempo foi responsável pela contabilidade.
- d) Dos dois contabilistas em colaboração.

Questão 40.:

A pena de advertência aplicada pelo conselho jurisdicional consiste:

- a) No mero reparo pela irregularidade praticada, sendo objeto de comunicação à administração fiscal e aos clientes do arguido.
- b) Na expressa comunicação ao arguido de que, em caso de reincidência, ser-lhe-á aplicada uma pena de multa.
- c) Na expressa comunicação ao arguido de que, em caso de reincidência, ser-lhe-á aplicada uma pena de suspensão.
- d) No mero reparo pela irregularidade praticada, sendo registada em livro próprio.